

Consolação

Minas Gerais - MG

Histórico

No final do século XVIII em 1813, Francisco Borges de Castro, natural de São Antônio de Parede, arcebispado de Braga Portugal, recebeu do Governo Português uma Sesmaria. O local era mata fechada ainda não desbravada, correspondendo hoje ao município de Consolação em sua totalidade, e parte dos municípios de Cachoeira de Minas, Estiva, Conceição do Ouro e Paraisópolis. A sede da Fazenda foi construída no Bairro Santo Antônio de Itaim. Começando assim o povoamento da região, desenvolveu-se a agricultura com o plantio de café e milho, entre outras culturas. Desenvolveu-se também o manejo de rebanho bovino, suíno e outros.

Foi depois de 1750 que os moradores da Fazenda do Capivari - freguesia de Pouso Alto - requereram provisão para construir uma capela da invocação de Santana.

Dois anos mais tarde, o casal Antônio Rabelo e Maria Ribeiro Maia doaram uma sorte de terras para a edificação do templo. Dom Frei Manoel da Cruz concedeu o benefício, registrado no cartório de São João Del Rei.

Em 1824, Dom Frei José da Santíssima Trindade registrou nos códices eclesiásticos de Mariana que havia em Santana do Capivari uma capela curada. Outros registros históricos provaram que Maria Gertrudes de Jesus também fez doação do terreno da atual Matriz, que no século XIX substituiu a primitiva capela. Em 1832, as principais figuras do povoado, pleitearam elevação da capela a curato, por provisão, criando o Curato de Nossa Senhora da Consolação do Capivari.

O patrimônio foi acrescido, em 1849, com doações de terras feitas pôr José Pinto de Oliveira e sua mulher, e por Flavio Antônio Simões e sua mulher. Mais tarde, outras doações de terras foram feitas para o patrimônio. Em 1923, a lei nº 843 de 07 de setembro mudou a denominação do distrito de Capivari para Tapari. Em 31 de dezembro de 1943, novamente a denominação foi mudada para Consolação. Com a criação do município, em 30 de dezembro de 1962, Consolação foi elevada à categoria de Cidade, e em 01 de março de 1963 foi emancipada.

A cidade oferece, como atrações, a Festa da Padroeira, com uma semana de quermesse, a encenação da Semana Santa, a Festa Junina e o Aniversário da cidade, com desfile de cavaleiros, gincanas e competições esportivas.

Formação Administrativa

Gentílico: consolense

Distrito criado com a denominação de Capivari, pela lei provincial nº 285, de 08-07-1857, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de São José do Paraíso.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Capivari, figura no município de São José do Paraíso.

Pela lei estadual nº 621, de 15-09-1914, o município de São José do Paraíso tomou o nome de Paraisópolis.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o distrito de Capivari, figura no município de Paraisópolis (ex-São José do Paraíso).

Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o distrito de Capivari tomou o nome de Tapiri.

Pela lei estadual nº 921, de 24-12-1926, o distrito de Tapiri voltou a chamar-se Capivari.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Capivari ex-Tapiri, figura no município de Paraisópolis.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31-12-1943, o distrito de Capivari tomou o nome de Consolação.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Consolação (ex-Capivari), figura no município de Paraisópolis.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de Consolação, pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembrado de Paraisópolis. Sede no antigo distrito de Consolação. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-03-1963.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito: sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alterações toponímicas distritais

Capivari para Tapiri, alterado pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, alterado pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923.

Tapiri para Capivari, alterado pela lei estadual nº 921, de 24-12-1926.

Capivari para Consolação, alterado pelo decreto nº 1058, de 31-12-1943.